

UM OLHAR AVALIATIVO SOBRE O MOVA – MOVIMENTO DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA REGIÃO DO GRANDE ABCD PAULISTA

Edna Prado (UNESP-SP)

GT 06 – Educação, Movimentos Sociais e Direitos Humanos

Embora conhecida como região do Grande ABCD paulista, a região é formada por sete municípios: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Palco de diversas lutas e conquistas sociais (moradia, segurança, educação, organização sindical, etc), a região é conhecida não só no Brasil, mas também internacionalmente, como pioneira na busca da plena cidadania de seus moradores.

É engajada na luta pela cidadania que a educação se faz presente como prioridade na agenda política das últimas gestões municipais. Os sistemas educacionais de vários municípios da região têm sido, ao longo dos anos, objeto de análises políticas e acadêmicas, que consideram-nos como exemplos de educação, entretanto, a região ainda almeja uma educação realmente pública, popular e de boa qualidade.

Os municípios da região não fogem ao padrão de atendimento educacional vigente na maior parte do Estado de São Paulo, predominância da rede estadual nos níveis de ensino fundamental e médio; concentração do atendimento municipal na educação infantil e de jovens e adultos no ensino fundamental supletivo e uma participação pulverizada da rede particular, com uma maior atuação no ensino fundamental regular, seguida pela educação infantil e educação de jovens e adultos nas séries finais do ensino fundamental e no ensino médio, na modalidade suplência.

O atendimento público na modalidade educação infantil, desde a década de 80 foi de responsabilidade dos governos municipais. O ensino fundamental regular até meados dos anos 90 estava sob a responsabilidade da Diretoria Estadual de Educação, tanto no nível I (correspondendo às séries iniciais – 1ª a 4ª série), quanto no nível II (correspondendo às séries finais – 5ª a 8ª série). A partir da segunda metade da última década, pressionados pelas novas orientações políticas, conhecidas como Municipalização, os municípios começaram a criar gradativamente suas próprias redes de ensino fundamental regular.

A esfera estadual, seguida pela rede particular, era a única responsável na região pela educação de jovens e adultos nas séries finais do ensino fundamental (de 5ª a 8ª série) e no ensino médio, mas a partir de 1996 o município de Diadema passa a oferecer a Suplência II do SEJA, atendendo também a demanda de 5ª a 8ª série. As séries iniciais (1ª a 4ª série), de uma maneira geral, nunca foram oferecidas pela esfera estadual, estando sob a responsabilidade dos municípios.

Segundo vários pesquisadores, os primeiros anos da década de 80 foram marcados por um amplo movimento de valorização da educação de jovens e adultos. As novas administrações municipais de caráter político mais progressista, que assumiram o poder nas eleições pós-regime militar, começaram a posicionar-se frente à questão do analfabetismo, assumindo para si a responsabilidade de criação de sistemas próprios de alfabetização de jovens e adultos. As prefeituras mantinham convênios com a Fundação Educar que, através do Programa de Educação Básica – PEB, repassava recursos federais para os programas municipais. É em meio a esse cenário que as administrações públicas municipais da região, ainda nos anos 80, iniciam gradativamente sua atuação na educação de jovens e adultos. Entretanto, os números indicam ainda elevadas taxas de analfabetismo em toda a região, principalmente em Diadema, Mauá, Rio

Grande da Serra e Ribeirão Pires, revelando o tamanho do desafio enfrentado por estes municípios. Diante deste quadro, os jovens e adultos que não tiveram acesso e/ou não puderam concluir a educação fundamental têm à sua disposição nos municípios da região, além das escolas particulares, dos cursos oferecidos pelo SESI – Serviço Social da Indústria e das classes de ensino supletivo da rede estadual, os seguintes serviços vinculados à esfera municipal (nem todos os municípios apresentam tais serviços):

- 1) Os serviços vinculados às secretarias municipais de educação, conhecidos como EJAS (Mauá e Santo André), SEJA (Diadema), PROMAC – Programa de Alfabetização e Cidadania (São Bernardo do Campo) e Proalfa – Projeto de Alfabetização de Adultos (São Caetano do Sul), que se destinam a suprir, de acordo com os Planos de Educação Municipal, a escolarização regular em nível de suplência I, correspondente às quatro primeiras séries do ensino fundamental. Em Diadema, há também, desde 1996, a suplência II, correspondente às quatro últimas séries do ensino fundamental;
- 2) O MOVA – Movimento de Alfabetização – atendimento comunitário a jovens e adultos analfabetos e/ou com baixa escolarização. São Caetano do Sul é o único município da região que não tem salas do MOVA;
- 3) Ensino Profissionalizante, apenas nos municípios de Diadema, Mauá, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

De acordo com dados mais recentes do IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, divulgado no início de 2003, do Mapa do Analfabetismo, junho/2003 e do Mapa da Exclusão Social, julho do mesmo ano, percebe-se que, mesmo com esses serviços, não houve muita alteração no período de três anos. O Grande ABCD possui 93 mil analfabetos, excluídos que correspondem a cerca de 4% dos 2,3 milhões de moradores da região. A situação que se verifica na região é comum a outros centros urbanos do país. De acordo com o MEC, a maioria dos analfabetos se concentra nas capitais e regiões adjacentes, desmentindo a idéia de que as áreas rurais são as principais responsáveis por esse tipo de estatística. Os índices do Grande ABC são inferiores à média do Estado mais representam quase toda a população de uma cidade como Ribeirão Pires ou dois terços da população de São Caetano do Sul.

Fatores que propiciaram o surgimento do MOVA no ABCD paulista – Histórico

Como visto acima, a partir de 1982, a eleição de alguns governadores e, em maior número, de prefeitos ligados aos movimentos populares favoreceu o investimento de recursos e de criatividade regionais e locais na educação de jovens e adultos. A atuação de educadores em Porto Alegre, em São Paulo, em Campinas e em numerosas outras localidades, entre elas nos municípios do ABCD, enriqueceu significativamente os conhecimentos e a experiência nas práticas da educação popular.

Anos depois, influenciados pelas várias lutas sindicais da década anterior, pelas convicções políticas e filosóficas dos governos municipais, por importantes eventos e ações que marcaram o final dos anos 80 e a década de 90, vem à tona a questão da alfabetização das pessoas jovens e adultas que há tempos permaneceu relegada a um segundo plano na agenda política brasileira. É no final dos anos 80, a partir da promulgação da Constituição Federal – 1988, que o tema ressurgiu. A lei maior do país, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, estabeleceu ainda o prazo de 10 anos para a eliminação do analfabetismo no Brasil.

O ano de 1990 foi instituído pela ONU – Organização das Nações Unidas como o Ano Internacional da Alfabetização, que declarou em seus documentos ser a “*alfabetização uma prioridade absoluta na educação*”, devendo os povos concentrarem esforços para que até o ano de 2000 não existissem mais pessoas analfabetas no mundo.

Diante do elevado número de analfabetos e pessoas com baixa escolaridade na região, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, preocupado em atender às novas exigências da categoria, em especial no que tangia à qualificação e requalificação profissional, motivadas pela configuração econômica neoliberal globalizada e pela reestruturação produtiva, proporcionou uma ampla discussão entre sua diretoria e associados sobre o seu papel frente a essa situação. As discussões resultaram numa proposta de ampla alfabetização, não só dos trabalhadores, mas de toda a população do ABC.

A partir da bem sucedida experiência do MOVA-SP e considerando a educação como direito de todos e condição indispensável para o pleno exercício da cidadania, em 1995, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, convida todas as administrações públicas municipais da região a assumirem, junto com ele e com outras entidades da sociedade civil, um amplo movimento de alfabetização de jovens e adultos.

A origem do Movimento de Alfabetização no ABCD paulista

Antes de 1995 todos os sete municípios da região do ABCD paulista já apresentavam ações educacionais para jovens e adultos analfabetos ou com baixa escolarização, entretanto as dificuldades financeiras e a própria opção política de muitos governos locais fez com que os trabalhos nessa modalidade de educação não se desenvolvessem de forma homogênea. O município de Diadema, cujos primeiros registros de salas destinadas à educação de jovens e adultos, datam de 1965, é tido por alguns estudiosos como um dos pioneiros na referida área e sua experiência com o SEJA – Serviço de Educação de Jovens e Adultos é considerada com exemplo para outros municípios e estados brasileiros.

Para identificar os fundamentos políticos e pedagógicos que deram origem ao MOVA ABC é imprescindível considerar a experiência já existente na região e retomar a gestão da prefeita Luiza Erundina (1989-1992) e do secretário de Educação Paulo Freire (1989-1991), visto que foi nesse momento em que surge o MOVA-SP.

Criado em outubro de 1989, o MOVA-SP resgatou o trabalho das comunidades na periferia da cidade, preservando a lógica dos movimentos populares existentes e apoiando o fórum de entidades durante o processo de elaboração do programa, bem como ao longo da sua implementação. O movimento consiste num projeto que prevê a celebração de um convênio entre a SME-SP – Secretaria Municipal de Educação da cidade de São Paulo e Movimentos Populares que já desenvolviam, desenvolvem ou que venham a desenvolver experiências de alfabetização e pós-alfabetização de jovens e adultos, respeitando a sua autonomia política.

Segundo documentos da SME-SP, no final da década de 80, os movimentos populares de alfabetização passavam por sérias dificuldades no prosseguimento de seus trabalhos, dado o agravamento da crise econômica no país e o cancelamento de diversos projetos que se desenvolviam com recursos da Fundação Educar.

O objetivo geral do MOVA-SP, que se mantém até hoje, serviu e serve de referencial para os vários grupos de MOVA existentes em todo o país:

“Possibilitar ao educando jovem e adulto o processo construtivo de ampliação do próprio conhecimento, através da intervenção sistemática do educador e da vivência com os colegas, numa relação dialógica.”

(Caderno do MOVA-SP, nº 1, 1989.)

Tal objetivo implica o acesso a níveis cada vez mais elaborados do saber discursar, saber ler, saber ler, saber escrever, teorizar, contar, resolver situações matemáticas vivenciais, pesquisar a informações técnico-científicas indispensáveis à compreensão do ser humano e da realidade social. É necessário, nessa perspectiva, que esse saber fundamental esteja voltado para a leitura crítica do mundo e para a apropriação e criação do conhecimento que melhor capacitem o sujeito à ação transformadora sobre a realidade social, partindo sempre das experiências da educação popular e das idéias de Paulo Freire.

A partir dessa conhecida experiência do MOVA na cidade de São Paulo, em 1995, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABCD, diante dos altos índices de analfabetismo na região, mesmo com os investimentos de alguns municípios na área, propôs às prefeituras da região que, em conjunto com ele e com outras entidades da sociedade civil, implementassem um amplo movimento de alfabetização e educação de todos os munícipes que, de alguma forma, foram excluídos do processo educativo.

Na ocasião, o único município a aceitar a proposta foi o de Diadema que, mesmo tendo a educação de adultos como prioridade administrativa através do trabalho desenvolvido pelo SEJA, não conseguia atender à demanda da cidade. Houve durante os primeiros meses de 1995 um amplo processo de debate em toda a cidade, envolvendo empresários, Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais, Sindicato dos Metalúrgicos do ABCD, igrejas, imprensa local e regional, movimento estudantil, movimentos populares e outras entidades da sociedade civil. Em 27 de setembro de 1995, por ocasião da solenidade de abertura do II Congresso de Educação de Diadema, contando com a presença do, na época, Ministro da Educação, Paulo Renato Souza e do idealizador do MOVA, o professor Paulo Freire, foi lançado o MOVA-Diadema. Durante dois anos, Diadema foi o município pioneiro da região a possuir um trabalho conjunto entre o MOVA e o SEJA voltado para a diminuição significativa das taxas de analfabetismo.

Diante dos bons resultados alcançados pelo MOVA-SP e pelo MOVA-Diadema, no início de 1997, a proposta de um movimento de alfabetização regional é retomada. Com a posse das novas administrações, recém-eleitas, inicia-se um amplo processo de discussão dos principais problemas educacionais das administrações da região do ABCD, que culminou na criação da Câmara Regional do Grande ABCD. E, assim como em 1995, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABCD propôs a criação do MOVA nos sete municípios da região. Em novembro de 1997, com a posse das administrações recém-eleitas, iniciou-se um amplo processo de discussão dos problemas comuns, que culminou com a criação da Câmara Regional do Grande ABC, que vem se consolidando como experiência inédita de convergência entre sujeitos sociais diferentes – poder público municipal e estadual, entidades da sociedade civil, sindicatos de trabalhadores, associações empresariais, ONG's, igreja, movimentos sociais, na busca de soluções urgentes e eficazes para os problemas estruturais vividos pela região.

A Câmara Regional do Grande ABC constituiu grupos de trabalho com objetivo de identificar os problemas e propor soluções. Participando do grupo de Educação, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC propôs a criação do MOVA nos sete municípios da região. Iniciou-se, então, um processo de reuniões com os secretários de educação das prefeituras, que resultou, em 03 de novembro de 1997, no acordo firmado na Câmara Regional do Grande ABC pelos sete

municípios integrantes, segundo o qual se constituiria o MOVA em cada cidade e se organizaria o MOVA-Regional. Entretanto, apenas seis municípios da região, Santo André, São Bernardo do Campo, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra em parceria com os demais membros da Câmara Regional do Grande ABCD assinaram o documento que instituiu o MOVA-Regional, mas que garantia algumas diferenças locais. É interessante notar que, de acordo com documentos da Câmara Regional do Grande ABCD, apesar das participações em algumas reuniões e da potencial colaboração que poderia dar em vários aspectos do projeto, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo não assinou o acordo.

O município de São Caetano do Sul foi o único a não aderir ao movimento, dedicando-se à educação de jovens e adultos através do Proalfa – Projeto de Alfabetização de Adultos, criado em 1997 numa parceria entre a Prefeitura e o Instituto Mauá de Tecnologia, através da parceria alunos da entidade dão aulas nas escolas públicas e recebem uma bolsa de estudos. Segundo dados da prefeitura o Proalfa já alfabetizou 2.130, desde sua criação.

Para definir as diretrizes do MOVA-Regional, no início de 1998 constituiu-se o Fórum Regional de Alfabetização, composto por representantes dos MOVAS locais, sob a coordenação e assessoria do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Nos anos seguintes, após a realização de três seminários regionais e sediar o 2º Encontro Nacional de MOVA's, em julho de 2002, o MOVA-Regional decidiu pela criação de uma personalidade jurídica, que veio a se concretizar no ano de 2003, a OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público do MOVA ABC. Através dela, as empresas que doam à entidade podem abater os valores gastos (registrados em nota fiscal) no IR – Imposto de Renda. O objetivo da OSCIP é criar mais autonomia ao MOVA e aumentar, cada vez mais, o número de empresários doadores para que, conseqüentemente, o número de salas e alunos na região aumente. Ela é composta por dois representantes de cada cidade e como personalidade jurídica, emite nota fiscal e segue um estatuto próprio.

Aos poucos o movimento foi se organizando e difundindo-se pelo país, através de uma rede nacional de MOVAS's conhecida como MOVA Brasil. Quatro encontros nacionais do MOVA já aconteceram. No 1º Fórum Social Mundial, o MOVA-RS convocou uma reunião com os MOVA's que estavam presentes e com as ONG's paulistas Ação Educativa e Instituto Paulo Freire. Dessa reunião nasceu a organização do 1º Encontro Nacional de MOVA's, marcado para outubro de 2001. Casualmente, o Encontro coincidiu com o Fórum Mundial de Educação. O 2º Encontro Nacional de MOVA's, ocorreu em julho de 2002, no ABCD, o 3º Encontro Nacional de MOVA's, aconteceu em meados de agosto de 2003, em Goiânia e o último, o 4º Encontro Nacional de MOVA's, realiza-se em junho 2004 em Campo Grande. O próximo será em Brasília, de 9 a 11 de junho de 2005, com o tema: “*MOVA Brasil: tecendo a educação popular libertadora*”.

Concepção político-pedagógica do MOVA-Regional

A concepção político-pedagógica do MOVA-Regional não se diferencia das concepções de os MOVA's, uma vez que os MOVA's em geral têm a *educação popular* como paradigma norteador das relações que se estabelecem no interior dos espaços educativos (sala de aula, reuniões de estudo, estudos do meio, atividades culturais e esportivas) ou até mesmo nas relações entre o poder público e a sociedade civil.

A concepção político-pedagógica do MOVA-Regional, considerando a conjuntura global do país e a luta do povo pela conquista de uma organização social diferente desta que aí está, situa a questão da educação e da alfabetização de adultos como prioridades. A luta pelo direito à

escola é parte deste movimento popular mais amplo. É dentro do movimento nacional de luta da classe trabalhadora, tão marcante na região do ABCD que a luta pela educação resgata o seu sentido. A mobilização, o confronto, a reivindicação, as pressões do povo sobre seus governantes, ou seja, o movimento popular organizado é essencialmente educativo. A prática educativa para formação do sujeito político social-histórico, transcende, segundo os princípios do MOVA, os muros da escola.

Semelhante ao que ocorreu em outros estados e regiões, embora com a postura descentralizadora e neoliberal do governo federal nos anos 90, a demanda por educação de jovens e adultos continuava grande na região do ABCD, tomando a ampliação da oferta na área incompatível com a capacidade financeira do Estado e municípios. A solução encontrada foi a criação de uma política pública para a educação de jovens e adultos em que os programas vinculados às secretarias municipais de educação, conhecidos como SEJAS ou EJAS, e o Movimento e Alfabetização fizessem parte de um único todo, coordenados senão por uma mesma equipe, por equipes parceiras, a fim de se evitar disputas políticas, em detrimento do objetivo maior de ambos, a alfabetização do cidadãos jovens e adultos.

Superando a idéia de “campanha”, o MOVA-Regional incorpora a idéia de “movimento”, isto porque, as palavras *campanha*, *programa*, *erradicação*, *chaga* e *vacina* devem ser, segundo os princípios do MOVA, superadas pelo termo *movimento*, por se reportarem a experiências marcadamente assistencialistas, semelhantes ao Mobral nos anos 60 e ao Programa Alfabetização Solidária nos anos 90, ou por serem institucionais em demasia, engessando a educação popular num formato de currículo excessivamente rígido, pautado em adaptações da alfabetização infantil. O conceito de *movimento* é complementado com os de colaboração e parceria, pois é fundamental definir papéis, assegurando, contudo, que não se trate de transferência de responsabilidades do poder público para a sociedade civil, mas de partilha.

Quanto ao conceito de alfabetização, o MOVA-Regional também não apresenta divergências em relação aos demais, acredita na alfabetização sob a perspectiva dialógica da ação crítico-cultural, perspectiva essa amplamente discutida nos estudos do educador Paulo Freire e aqui destacada por meio de quatro princípios fundamentais: a leitura do mundo precede a leitura da palavra: o processo de alfabetização está vinculado às compreensões da realidade sócio-econômica e cultural em que os educandos estão inseridos; ninguém educa ninguém, mas todos se educam em comunhão; as relações educativas pressupõem o diálogo, mas o diálogo freireano, que é fraterno, tolerante, crítico e amoroso e a possibilidade de mudança da realidade, o aluno é visto como sujeito de sua história e não mais como mero objeto de uma realidade inexorável. A partir de tais pressupostos, a educação de jovens e adultos do MOVA-Regional pauta-se no artigo 3º da V CONFITEA – Conferência Internacional de Educação de Adultos, organizada pela UNESCO e realizada em Hamburgo, em julho de 1997:

“Art. 3º. Por educação de adultos, entende-se o conjunto de processos de aprendizagem formais e não formais, graças aos quais as pessoas, cujo entorno social considera adultos, desenvolvem suas capacidade, enriquecem seus conhecimentos e melhoram suas competências técnicas ou profissionais ou as reorientam, a fim de atender suas próprias necessidades e as da sociedade. A educação de adultos compreende a educação formal permanente, a educação não formal e toda a gama de oportunidades de educação informal e ocasional existentes em uma sociedade educativa e multicultural, na qual se reconheçam os enfoques teóricos e os baseados na realidade.”

Aproveitar a experiência acumulada dos educadores populares, fortalecer os movimentos onde atuam e chegar mais próximo da população graças à capilaridade desses núcleos também são algumas considerações que fundamentam o MOVA.

Estrutura e organização do MOVA-Regional

Mesmo apresentando os mesmos princípios pedagógicos de seu precursor, o MOVA-SP, o MOVA-Regional, mostra um quadro social diferente: não havia na região um número um número tão expressivo de entidades e movimentos organizados envolvidos com a alfabetização de adultos, havia sim, alguns movimentos populares esparsos e grupos religiosos, as prefeituras municipais eram as instâncias que apresentavam trabalhos mais sistematizados.

O trabalho de parcerias se estabelece entre as várias entidades participantes e as prefeituras municipais. Aos primeiros cabe a liberação dos recursos financeiros para a manutenção das ações. Às prefeituras cabe a tarefa político-pedagógica de organizar e manter a estrutura, além de selecionar e capacitar os alfabetizadores, planejar, acompanhar e avaliar a prática pedagógica, fazer as articulações e mediações com as entidades parceiras e as comunidades e “prestar contas” dos resultados alcançados, por meio de relatórios semestrais e anuais.

De acordo com o estabelecido em 1997, por ocasião da criação do MOVA-Regional, embora se constituindo um único movimento, cada município guarda sua autonomia, desta forma, algumas diferenças estruturais são visíveis.

Quanto ao número de alunos por sala e à idade inicial para o atendimento, as diferenças não são significativas; a média é de no mínimo 15 alunos e de no máximo 25 alunos por sala e a idade mínima para o ingresso é de 14 anos. Diadema é o único município a estipular a idade mínima de 15 anos para o ingresso.

A carga horária varia de 32 horas a 48 horas por mês. O município que apresenta menor carga horária é São Bernardo do Campo, enquanto Santo André e Diadema apresentam as maiores. Não foi possível identificar o número exato da carga horária em Ribeirão Pires, pois os dados não são precisos, podendo variar entre 32 horas a 44 horas por mês.

Há diversidade também quanto aos critérios de seleção de educadores. Enquanto os outros municípios exigem ensino médio completo ou que o candidato esteja cursando o último ano, Diadema exige apenas o ensino fundamental completo.

Com exceção de Ribeirão Pires, todos os municípios possuem um fórum municipal. Quanto à periodicidade das reuniões, Diadema é o único município a apresentar reuniões quinzenais, em São Bernardo do Campo, elas são mensais e em Mauá, bimestrais. Não há informações nesse item sobre Santo André e Ribeirão Pires.

Quanto à relação de parceria com entidades, percebe-se que há uma base relativamente ampla. Alguns municípios, como Mauá e Diadema, apresentam um convênio com várias entidades. Em todos os municípios o MOVA é coordenado pela Secretaria Municipal de Educação.

Os dados mostram que há uma preocupação constante com a formação dos educadores em todo o MOVA-Regional. Em todos os municípios ocorre uma formação inicial, seguida de uma formação permanente, que é realizada através de reuniões periódicas. Quanto à formação inicial, é interessante notar que as cargas horárias são diferentes. Diadema é o município que apresenta a menor carga horária, 15 horas, enquanto Santo André apresenta a maior carga; 50 horas iniciais.

No MOVA-Regional, as atribuições em relação ao trabalho de parceria assumidas pela Secretaria de Educação Municipal, limitam-se ao aspecto pedagógico. De acordo com os documentos analisados cabe à secretaria:

1. Definir a coordenação, constituir e capacitar a equipe técnico-pedagógica;
2. Definir os princípios político-pedagógicos do processo a ser desenvolvido;
3. Selecionar os educadores, que poderão ser indicados pelas empresas, sindicatos, igrejas, comunidades e outras entidades ou movimentos envolvidos;
4. Dar a formação inicial e permanente dos educadores;
5. Elaborar do material didático junto com os educadores;
6. Preparar instrumentos de planejamento e avaliação;
7. Acompanhar de maneira sistemática do trabalho em sala de aula.

O acompanhamento pedagógico dos educadores ocorre através de reuniões semanais para troca de experiências e aprofundamento teórico; da elaboração de subsídios e material didático; da preparação de oficinas específicas, conforme as necessidades dos educadores e de visitas sistemáticas aos núcleos e salas de aula.

A participação das empresas, igrejas, movimentos populares, escolas, sindicatos e outras entidades ou grupos organizados ocorre da seguinte forma:

- Adotando salas, isto é, contribuindo para a sua implantação e manutenção (fornecimento de material de infra-estrutura);
- Adotando um educador, isto é, assumindo sua ajuda de custo;
- Cedendo espaços para salas de aula ou postos de cadastramento;
- Construindo salas em locais que carecem de espaços apropriados para funcionamento das aulas;
- Criando ou construindo dentro de suas unidades um espaço para alfabetização;
- Divulgando a proposta do movimento;
- Indicando os educadores;
- Contribuindo na matrícula dos educandos;
- Doando material escolar e material permanente (material didático, carteiras, lousas, etc.).
- Dispensando trabalhadores ou funcionários pelo menos uma hora antes para as aulas de alfabetização;
- Doações diversas.

Avaliação

O conhecimento é visto como sendo construído numa relação dialógica e a experiência de vida do aluno é entendida como ponto de partida da ação educativa. Os conteúdos a serem trabalhados são selecionados a partir da caracterização desses alunos, o que ocorre na primeira quinzena de aula de cada semestre.

“(…) toda avaliação tem – ou deveria ter, em um contexto pedagógico – uma dimensão prognóstica, no sentido de que conduz – ou deveria

conduzir – a um melhor ajuste ensino/aprendizagem. Poderia – deveria – tratar-se de adaptar melhor o conteúdo e as formas de ensino às características reveladas pela avaliação.”

(HADJI 2001, p.20)

Partindo dessa concepção, a avaliação, entendida como um processo contínuo de obtenção de informações, análise e interpretação da ação educativa, visando ao aprimoramento do trabalho escolar é uma preocupação constante dos educadores e equipe técnica do movimento.

Ao longo dos anos, inúmeros encontros trataram dessa temática. Muito ainda há que se fazer, mas muitos foram os avanços. No início dos trabalhos não havia muito consenso no movimento, os critérios de avaliação variavam muito entre os educadores. A fim de solucionar esse problema foram elaborados os conteúdos mínimos exigidos para a continuidade dos estudos, os quais passaram a ser utilizados por grande dos educadores.

No que diz respeito à periodicidade houve muita mudança. No início dos trabalhos não havia uma determinação a ser seguida: cada sala de alfabetização agia de acordo com critérios estabelecidos pelo educador, sendo que em algumas havia um período específico para avaliações e em outras essas aconteciam ao longo do semestre, ou as avaliações só aconteciam no final de cada semestre.

Os documentos analisados mostram que a avaliação do processo educativo é resultante da análise do aproveitamento global do aluno nos diferentes componentes curriculares, garantindo-se a preponderância desta análise global sobre a visão dos vários componentes curriculares e os aspectos disciplinares não deverão interferir no resultado do rendimento escolar.

Quanto ao rendimento escolar, mesmo com as orientações dadas através da formação permanente visando à revisão de práticas pedagógicas autoritárias e mecânicas e a uma efetiva aprendizagem por parte dos alunos, avaliação no MOVA é uma questão polêmica, uma vez que o educador, muitas vezes, tende a manter em sua sala um aluno em condições de prosseguimento nos estudos, porque, de acordo com o regulamento do MOVA, há um número mínimo de alunos para que a sala se mantenha em funcionamento, o que provavelmente deva gerar grandes índices de repetência e evasão.

Quanto à avaliação do movimento, a ausência de dados sistematizados sobre a evasão e aprovação no MOVA é um aspecto importante a ser considerado. O não controle por parte das prefeituras e das entidades envolvidas na parceria com o MOVA impossibilita uma análise mais precisa sobre a questão, mas não afasta a possibilidade de que suas taxas sejam tão elevadas quanto às encontradas nos serviços institucionalizados, como é o caso do SEJA e das EJAS na região. As prefeituras limitam-se a registrar o número de alunos atendidos, como demonstra a tabela a seguir:

Tabela 1
Jovens e Adultos Atendidos pelo MOVA-Regional – 1995 a 2003

ANO	DIADEM A	SANTO ANDR É	SÃO BERNARD O DO CAMPO	RIBEIRÃ O PIRES	MAU Á	RIO GRAND E DA SERRA	TOTAL REGIÃ O
1995	780						780

1996	1134						1134
1997	2200	600					2800
1998	3078	1060	1100	1300	850		7388
1999	3064	1500	2568	1313	832		9277
2000	2930	3103	2439	1106	800	247	10625
2001	3136	2892	2606	1171	1079	498	11382
2002	3692	2025	2752	1464	860	750	11542
2003	3742	2016	1395	1380	940	730	10203
TOTAL MUNICÍPIO	23756	13196	12860	7734	5361	2225	65132

FONTE: Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, 2003.

O MOVA Regional, desde 1997 conseguiu expandir sua atuação praticamente a toda região do ABC, excetuando-se apenas o município de São Caetano do Sul. Terminando o ano de 2003 com 445 salas e 10.303 pessoas atendidas, totalizando 65.132 o atendimento desde o início do movimento em 1995.

Considerações finais

Diante do exposto, todos os esforços para se acabar com o analfabetismo no Brasil são válidos, entretanto, há um equívoco por parte dos governos que não respeitam e não resgatam as experiências que já foram ou que vêm sendo feitas, muitos ignoram os dados deixados e a história revelada nas falas de quem vivenciou uma ação alfabetizadora, ou seja, os educadores populares.

O MOVA-SP é o marco inicial de todos os movimentos de alfabetização de jovens e adultos implementados em administrações consideradas populares, que hoje, em curso ou não, somam mais de trinta. Como é o caso de Porto Alegre, Alvorada, Cachoeirinha e Caxias do Sul (RS); São Paulo, Diadema, Embu, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, São Bernardo do Campo e Santo André (SP); Rio de Janeiro e Angra dos Reis (RJ – extintos), Belém e Cameté (PA); Chapecó, Rio do Sul e Blumenau (SC); Ipatinga (MG); Goiânia (GO) e nos estados do Mato Grosso do Sul e Acre.

Embora com avanços inegáveis, os dados coletados até o momento têm mostrado a necessidade de um estudo mais aprofundado sobre os processos de avaliação no movimento, tanto no que diz respeito à avaliação da aprendizagem, quanto à avaliação da eficiência e eficácia do próprio movimento. A não clareza desse processo pode demonstrar uma distância entre os princípios e objetivos pretendidos pelo MOVA-Regional e os reais resultados que vêm sendo alcançados, isto porque, a avaliação está ligada à determinação do valor de alguma coisa para uma certa destinação; assim, para avaliar cumpre determinar um universo de informações que permita ajuizar uma manifestação de valor em relação ao que pode ser um programa, um produto, um material e não exclusivamente o rendimento escolar (VIANNA, 2000).

Mesmo a pesquisa estando em sua fase inicial, percebe-se que em todos os municípios investigados a maioria dos alunos atendidos pelo movimento, mesmo com experiências de escolarização anteriores não apresenta avanços consideráveis em relação à sistematização dos conhecimentos. Nota-se ainda, uma grande dificuldade em se apurar as competências e habilidades adquiridas no campo dos conhecimentos e saberes necessários à inserção no mundo

do trabalho ou à intervenção de qualidade nas tarefas desenvolvidas nesse campo, daí a necessidade de que mais pesquisas sejam desenvolvidas na área a fim de se investigar as reais possibilidades e impasses do movimento que a cada dia cresce, não só na região do ABCD, mas em todo o país.

Referências Bibliográficas

Alfabetização e Cidadania. **Revista de Educação de Jovens e Adultos. Alfabetização de Jovens e Adultos.** RAAAB – Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil. Nº 16 – julho de 2003.

AGUILAR, Maria José, ANDER-EGG, Ezequiel. **Avaliação de Serviços e programas sociais.** Petrópolis: Vozes, 1994.

BASSI, Marcos. **Gestão e financiamento da educação básica: repercussões do Fundef em sete municípios paulistas.** Tese de doutoramento PUC/SP, 2001.

BRASIL, Ministério da Educação. **A experiência do MOVA-SP.** São Paulo: Instituto Paulo Freire, 1996.

_____, **Constituição Federal de 1988.**

_____, **Parecer 11/99 do Conselho Nacional de Educação,** 1999.

_____, **Parecer 11/2000 do Conselho Nacional de Educação,** 2000.

_____, **Resolução CNE/CEB nº 1,** de 5 de julho de 2000.

BEISIEGEL, Celso R. “*Política educacional e programas de alfabetização*”. In: **Idéias.** São Paulo, 1998 n.1, pp. 16-22.

BELLONI, Isaura, MAGALHÃES, Heitor, SOUSA, Luzia. **Metodologia de avaliação em políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 2000.

BIANCHETTI, Roberto. **Modelo neoliberal e políticas educacionais.** São Paulo: Cortez, 2001.

CAMARGO, Ruth. **A alfabetização de jovens e adultos no município de São Paulo na gestão da Prefeita Luíza Erundina de Sousa (1989-1992).** Dissertação de mestrado, PUC/SP, 1996.

DE TOMMASI, Livia; WARDE, Mirian; HADDAD, Sérgio (orgs.). **O BancoMundial e as Políticas Educacionais.** São Paulo: Cortez, 2000.

DI PIERRO, Maria Clara. **As Políticas Públicas de Jovens e Adultos no Brasil do período1985/1999.** Tese de doutoramento, PUC/SP, 2000.

_____. **Políticas municipais de educação básica de jovens e adultos no Brasil: um estudo do caso de Porto Alegre (RS).** Dissertação de Mestrado.PUC/SP,1996.

GENTILI, Pablo. *“Como reconhecer um governo neoliberal? Um breve guia para educadores”*. In: HERON, Luiz e AZEVEDO, José (organizadores). **Reestruturação curricular: teoria e prática no cotidiano da escola**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1995.

HADDAD, Sérgio. *“A Educação de Pessoas Jovens e Adultas e a Nova LDB”*. In: **LDB Interpretada: Diversos Olhares se Entrecruzam**. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. *“A Educação de Jovens e Adultos (EDA) no contexto das políticas públicas de educação”*. In: **Seminário Internacional Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: MEC/ Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário, 1997.

_____, DI PIERRO, Maria Clara. *“O ensino supletivo - Função da Suplência no Brasil: indicações de uma pesquisa”*. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, nº 166, 1989.

HADJI, C. **A avaliação desmistificada**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

Jornal Diário do Grande ABC, São Paulo, 05.06.2003. **Caderno Setecidades**, p. 3.

KRAWCZYK, Nora, CAMPOS, Maria. M., HADDAD, Sérgio. **O Cenário Educacional Latino-americano no Limiar do Século XXI – Reformas em debate**. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

MOVA REGIONAL. **Memória do 1º Seminário: Socializando as Experiências – Sistematizando a Proposta Pedagógica**, 1999.

_____. **Memória do 2º Seminário: Socializando as Experiências – Sistematizando a Proposta Pedagógica**, 2000.

ONU. **Relatório do Índice de Desenvolvimento Humano, 1990/2000/2003**.

PONTUAL, Pedro. **Desafios pedagógicos na construção de uma relação de parceria entre os movimentos populares e governo municipal na cidade de São Paulo na gestão Luiza Erundina: A experiência do MOVA-SP1989-1992**. Dissertação de Mestrado. PUC/SP, 1996.

PRADO, Edna. **A alfabetização de jovens e adultos no município de Diadema – SP**. Dissertação de Mestrado. PUC/SP, 2002.

RIBEIRO, Vera Masagão. **Alfabetismo e Atitudes**. Campinas –SP: Papyrus, São Paulo: Ação Educativa, 1999.

SANTOS, Boaventura (org) **Democratizar a Democracia – os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VIANNA, Heraldo Marelin. *“Avaliação: considerações teóricas e posicionamentos”*. In: **Avaliação educacional e o avaliador**. São Paulo: IBRASA, 2000.